

1



anespo

associação nacional
de escolas profissionais

CERIMÓNIA PÚBLICA DO ATO DE TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Mandato 2024/27

Lisboa, 12 de abril 2024

Exmo. Sr. Dr. Alexandre Homem Cristo, Secretário de Estado Adjunto e da Educação,

Exmo. Sr. Dr. Augusto Lima, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão,

Exmo. Sr. Prof. Doutor Domingos Fernandes, Presidente do Conselho Nacional de Educação

Exmas. Sras. Dras. Filipa Henriques de Jesus e Francisca Simões, Presidente e Vogal do Conselho Diretivo da ANQEP,

Exmo. Sr. Dr. João Gonçalves e Exma. Sra. Dra Florbela Valente, respetivamente Diretor Geral e Subdiretora Geral da DGEstE,

Exmo. Sr. Dr. Domingos Lopes, Presidente do IEFP,

Exmo. Sr. Dr. Joaquim Bernardo, Vogal da Comissão Diretiva do Programa Pessoas 2030,

Exma. Sra. Dra. Alexandra Vilela, Vogal Executiva do Conselho de Administração da Agência Nacional de Inovação,

Exma. Sra. Dra. Ana Patrícia Machado Representante da Inspeção Geral do Trabalho,

Exma. Sra. Dra. Liliana Bento, Coordenadora Financeira da Agência Erasmus+,

Exmo. Sr. Eng. João Vieira Lopes, Presidente da CCP

Exma. Sra. Dra. Graça Patrício, Secretária Executiva da UGT,

Exmo. Sr. Dr. Ivo Landeck, em representação da CGTP - IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses,

Exmo. Sr. Dr. Paulo Caldas, em representação da AIP - Associação Industrial Portuguesa,

Exma. Sra. Dra. Maria José Capacete, vogal da Comissão Executiva da Confederação do Turismo de Portugal,

Exmo. Sr. Dr. Rodrigo Queirós e Melo, Diretor Executivo da AEEP, também em representação do Presidente da CNEF, Dr. Luis Virtuoso,

Exmo. Sr. Dr. José Ricardo Coelho, Secretário Geral adjunto da FNE,

Exma. Sra. Dra. Graça Sousa, Coordenadora Nacional do Departamento do Ensino Particular e Cooperativo e do Ensino Profissional da FENPROF,

Exma. Sra. Dra. Fátima Duarte Amaro, representante da Iniciativa Liberal,

Caros e caras representantes das entidades associadas da ANESPO,

Colegas dos órgãos sociais hoje empossados

Caras amigas e caros amigos,

Minhas senhoras e meus senhores,

Permitam-me, em primeiro lugar, agradecer a presença do Senhor Secretário de Estado, o que muito nos honra, considerando que assumiu essa responsabilidade há poucos dias, tem uma agenda pesada e conseguiu reservar um pouco do seu tempo para estar hoje aqui e de quem espero que, no final da minha intervenção, se dirija a esta plateia, que está ávida de o ouvir.

Permitam-me uma referência especial, à presença do Dr. Jorge Sarmiento Morais, que ao longo de muitos anos, como chefe de gabinete, primeiro, do Secretário de Estado e depois Ministro João Costa, constituiu para nós uma espécie de “muro das lamentações” e um interlocutor credível na construção de soluções e resolução de problemas.

Sem desprimor para qualquer um de vós ou qualquer uma de vós aqui presente, permitam-me destacar a presença da CCP, de que a ANESPO é membro, bem como da Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF), organizações de que a ANESPO foi fundadora em conjunto com a AEEP.

A CNEF acaba de alargar o seu âmbito ao ensino superior privado, com a recente adesão da APESP, constituindo-se cada vez mais como um parceiro social que justamente reclama a sua inclusão no Conselho Económico e Social.

Destacamos também a presença da UGT e da FNE. Foi com a FNE que pela primeira vez foi possível chegar a acordo, em 2017, no âmbito da CNEF, para um contrato coletivo de trabalho, que pela primeira vez cobre os trabalhadores das escolas profissionais.

Saudamos igualmente a presença da representação da CGTP e da FENPROF, com quem, mais tarde, em 2022, foi possível, depois de árduas negociações, chegar a um acordo, tendo pessoalmente tido o privilégio de participar em ambos os processos, como membro da Comissão Negociadora.

Uma referência especial ao Dr. Manuel Pisco Lopes, Presidente da Fundação Escola Profissional de Setúbal, que aceitou a ingrata responsabilidade de ser mandatário da lista eleita e ao Dr. Jorge Soares, hoje Presidente da Casa do Professor, em Braga, que saiu da Direção há 3 anos, mas uma vez ANESPO, sempre ANESPO.

Minhas senhoras e meus senhores,

Sentimo-nos honrados por neste momento nobre da vida da nossa associação estarem aqui presentes as entidades com que lidamos mais diretamente no dia a dia. É sinal evidente de que dentro dos papéis que cada um de nós desempenha e de naturais divergências e por vezes turbulências, há um espírito

construtivo que nos alimenta e permite evoluir na construção de soluções.

Nesta cerimónia simbólica, de tomada de posse dos membros dos órgãos sociais da ANESPO, para o mandato 2024/27, cumpre-nos reconhecer e agradecer a vossa presença por tudo o que representa e significa para nós.

A vossa presença é também um forte estímulo para continuar a fazer mais e a saber encontrar as melhores respostas e soluções para os desafios deste tempo que vivemos.

E last, but not the least – embora pareça mal a um professor de português usar um anglicismo - permitam-me usar este momento para expressarmos o nosso reconhecimento e manifestarmos o nosso sentido agradecimento ao Dr. José Luís Presa pelo serviço prestado nos 34 anos de existência da ANESPO, particularmente os últimos 19, como Presidente da Direção.

Sosseguem: nunca conseguirei atingir idêntica longevidade, como o Presidente que agora cessa o seu mandato...

O seu trabalho, dedicação, capacidade de liderança, de reivindicação, de negociação e de concertação, em diferentes momentos e contextos, onde por razões institucionais marcava presença, contribuíram, de forma indelével, para a afirmação e consolidação do ensino profissional em Portugal e referência inquestionável do nosso sistema de educativo.

A forma zelosa com que conduziu os destinos da ANESPO; as dinâmicas e projetos que implementou, associados ao seu olhar atento e à sua capacidade de intervenção reivindicativa e dialogante.

O seu saber construir pontes e estabelecer consensos, em muito contribuíram para a afirmação institucional e bom nome da ANESPO junto dos sucessivos governos, parceiros institucionais, mundo empresarial e escolas profissionais. Em suma, em todo o ecossistema das escolas e do ensino profissional.

Por todo o caminho feito e por saber descortinar horizontes com determinação, envolvimento, dinamismo, estratégia e sentido institucional, compete-nos não só honrar o seu legado, como tentar fazer ainda mais neste tempo de desafios e de oportunidades que vivemos e que nos esperam.

Assim, e por uma questão de gratidão e por mérito próprio, o José Luís Presa e todo o seu legado ficarão registados nos anais da ANESPO.

Estimados amigos, caras amigas,

O mandato que agora iniciamos coincide com um marco histórico: 35 anos sucessivos, desde a alvorada de 1989, em que as escolas profissionais qualificaram e contribuíram para a construção de modos de vida e participação cidadã de centenas de milhares de jovens.

Em 35 anos muita coisa mudou. Nascemos, crescemos, congregámo-nos, rasgámos horizontes,

sofremos, lutámos, superámos dificuldades e obstáculos infindos, fizemos caminho conquistado passo a passo, com revezes e recuos, mas sem perder a rota e o rumo.

Hoje, em todo o território nacional, mais de 200 estabelecimentos de oferta privada acolhem, em cada ano, 750 novas turmas de ensino profissional. Vamos ao encontro das aspirações e projetos de vida de 15 mil jovens, oferecendo-lhes projetos/percursos educativos e formativos modernos, dinâmicos, inovadores e empreendedores.

O tecido económico e social do país, na sua diversidade e pluralidade, encontra nas escolas profissionais, técnicos especializados e altamente qualificados nos mais diversos setores de atividade, prontos para responder às exigências do mercado do trabalho. Isto com base em parcerias estratégicas assentes em vantagens mútuas.

Paralelamente, com a dinâmica dos seus projetos educativos, formativos e socioculturais, as escolas profissionais têm contribuído para a coesão social e

sustentabilidade territorial, muito particularmente em territórios de baixa densidade.

Mais. Pela sua natureza, estrutura organizacional e funcionamento, as Escolas Profissionais foram pioneiras de uma cultura e de um modelo educativo próprios, que foram replicados e apropriados em todo o sistema educativo nacional, desde há cerca de duas décadas.

Passados 35 anos, mantemos velhos horizontes. O contributo das escolas profissionais para a elevação global do nível de qualificação em Portugal, para uma cultura de cidadania e para redução drástica do abandono escolar precoce, o que constitui um património inquestionável, sublinhado em qualquer estudo, análise, verificação ou auditoria.

Caras amigas, estimados amigos,

Os cursos profissionais e as escolas profissionais nasceram sob o signo dos apoios comunitários, em particular do Fundo Social Europeu (FSE), que desde a primeira hora assegurou o financiamento desta

iniciativa inovadora, desde o QCA I (1989/1993) até ao atual Portugal 2030 (2021/2027).

No decorrer deste percurso, fruto das regras comunitárias que privilegiam a concentração de fundos nas regiões com maior atraso estrutural, um dos pilares da política de coesão económica e social, os cursos profissionais das escolas profissionais privadas da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do Algarve deixaram de beneficiar de apoios comunitários e passaram a ser financiados apenas por recursos nacionais. Estas representam atualmente cerca de um terço do total da oferta privada.

Até hoje, sucessivos governos foram incapazes de dar o salto necessário no sentido de conferir natureza estrutural à oferta privada de cursos profissionais, trazendo todo o sistema para o orçamento de estado. Isto mantém uma falsa natureza conjuntural da oferta, sujeita ao sabor dos fluxos de fundos comunitários, sofrendo com as incertezas das transições, das programações com insuficientes recursos para resposta às necessidades e às metas politicamente estabelecidas, dos sucessivos processos de overbooking e gestão à vista.

Nesta hora, importa evidenciar o trabalho abnegado, dos e das profissionais que asseguraram e asseguram o funcionamento das estruturas de gestão, tanto do POCH, como do agora Pessoas 2030. Não é deles que parte a causa e a origem dos problemas, mas antes de um modelo que tem de ser repensado de cima abaixo.

É tempo de proceder a esta mudança de paradigma. A situação que hoje vivem as escolas profissionais privadas com financiamento FSE, não se pode repetir e o seu enquadramento tem de ser estabilizado.

Enquanto parte de uma política pública, toda a oferta de cursos profissionais nas escolas profissionais privadas deve ser inscrita no Orçamento do Estado (OE), no caso do Continente, ou nos Orçamentos Regionais, nos casos da Madeira e dos Açores, assegurando estabilidade no início de cada ciclo. As soluções de contingência, nos territórios com financiamento FSE, operacionalizadas agora uma vez mais, viraram regra e uma certa estabilidade virou exceção de curta duração.

As escolas profissionais, em termos de administração, gestão e funcionamento, não podem viver em regime de sobressalto permanente.

No que respeita aos apoios diretos aos alunos, a ANESPO deverá empenhar-se em que sejam maximizados em todo o território nacional, considerando que nas regiões de financiamento FSE, com maior atraso estrutural, se devem manter e otimizar as potencialidades disponíveis no respetivo quadro regulamentar.

Não se adivinha, à partida, uma tarefa fácil, mas também não é uma missão impossível. Vai exigir grande empenho e mobilização e a criação de consciência crítica junto dos espaços de decisão, quanto a esta inevitabilidade. Isto tudo irá decorrer neste nosso mandato que culminará no período de transição do Portugal 2030 para o próximo período de programação, a iniciar em 2028.

Neste contexto, com uma vasta experiência e um sólido historial de conquistas, a nossa candidatura apresentou um programa ambicioso e realista para o próximo quadriénio, assente em quatro pilares fundamentais:

1º Sustentabilidade financeira e de tesouraria das escolas profissionais:

Procurar assegurar a regularidade dos fluxos de financiamento; garantir a revisão e atualização das tabelas de financiamento e promover um ajustamento das qualificações aos escalões de financiamento.

2º pilar - Inovação pedagógica e reforço das ofertas formativas:

Valorizar os projetos educativos das escolas; promover a diversificação de ofertas formativas; mobilizar as escolas para a criação de um ambiente de aprendizagem mais ajustado às necessidades do mercado de trabalho, aos interesses e aptidões dos alunos e das alunas; potenciar os Centros Tecnológicos Especializados (CTE), no caso das escolas que tiveram ou venham a ter apoio para o efeito; otimizar as possibilidades abertas pela revisão do CNQ em curso e persistir na consolidação da gestão das escolas, assente na qualidade, nomeadamente o EQAVET; criar condições de resposta mais eficiente aos desafios da educação

inclusiva e da cada vez mais diversificada origem demográfica de alunos que nos procuram.

3º - Afirmação institucional a nível nacional e internacional:

Reforçar a presença da ANESPO em fóruns nacionais e internacionais, aprofundar o envolvimento internacional das associadas e promover a participação da ANESPO em projetos internacionais, em particular no quadro da UE e da CPLP.

Finalmente o 4º pilar - Organização e funcionamento da ANESPO:

Dinamizar os serviços da Associação, melhorar os serviços de apoio às Associadas, modernizar os serviços, potenciar o funcionamento das estruturas regionais, aumentar o número de associados e desenvolver uma estratégia de comunicação articulada e sustentável.

Estas são as nossas causas. As nossas bandeiras. As causas de todos, sempre orientadas para responder aos desafios, reafirmar a importância do Ensino Profissional e das Escolas Profissionais e acima de tudo, enquadrá-las de corpo inteiro nas políticas públicas de natureza educativa.

Uma das nossas bandeiras é, inequivocamente, combater o preconceito do ensino profissional como “parente pobre” do sistema educativo. E neste particular, julgamos estar todos de acordo!

A terminar, fica um compromisso, feito promessa:

- Desenvolveremos o nosso trabalho privilegiando o diálogo institucional, em particular ao nível governamental e dos organismos da administração pública, nacional, regional e local, de tutela e respetivos departamentos e serviços;
- Reforçaremos as relações estratégicas com os nossos diferentes parceiros, nacionais e internacionais, como o EfVET e a EFEE;

- Contribuiremos, através de medidas e processos adequados e articulados, para dignificar e elevar as Escolas Profissionais e o Ensino Profissional para o patamar que merece ser visto e reconhecido pelos portugueses e pelos decisores.

Da nossa parte fica a determinação, o querer e a crença que todos juntos iremos conseguir.

Esta, sendo uma causa nossa, é por certo uma causa e o desígnio maior de todos que assumem o ensino e a educação como grande via de desenvolvimento do País, dos portugueses e das portuguesas e todos aqueles e todas aquelas que escolheram viver aqui e contribuir para a consolidação da nossa vida democrática, passados 50 anos da aurora libertadora do 25 de abril.

Muito Obrigado.